

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	10 outubro 2026	Enunciado 1 VERSÃO C
--	------------------------	---------------------------------------



EXAME DE ÉTICA E DEONTOLOGIA PROFISSIONAL

QUESTÃO 1.:

A Autoridade Tributária e Aduaneira iniciou um procedimento de inspeção tributária relativo a um período em que Osvaldo Barata, Contabilista Certificado, era responsável pela regularidade técnica, nas áreas contabilística e fiscal, de uma sociedade comercial.

No âmbito do procedimento inspetivo, a Autoridade Tributária e Aduaneira concluiu que determinadas depreciações reconhecidas contabilisticamente não reuniam os requisitos necessários à sua aceitação fiscal, tendo, em consequência, procedido a uma correção ao lucro tributável e emitido uma liquidação adicional de IRC no montante de 13.500 EUR.

A sociedade apresentou reclamação graciosa contra a liquidação, a qual veio a ser integralmente indeferida.

Após a notificação da decisão de indeferimento, Osvaldo Barata, que continuava a exercer funções de Contabilista Certificado responsável pela regularidade técnica da sociedade, informou a gerência de que esta poderia reagir à decisão através da apresentação de recurso hierárquico.

Osvaldo informou ainda a gerência de que Rui Ramos, também Contabilista Certificado e seu colega de escritório, possuía particular experiência na preparação deste tipo de meios de reação e poderia elaborar o respetivo recurso hierárquico.

Atento ao exposto, assinale a opção correta:

- a) A qualidade de Contabilista Certificado de Rui Ramos confere-lhe, por si só, poderes para representar a sociedade no recurso hierárquico, ainda que não seja o Contabilista Certificado responsável pela sua regularidade técnica nem disponha de mandato para o efeito.
- b) Por ter sido previamente apresentada e indeferida uma reclamação graciosa, a apresentação de recurso hierárquico exige obrigatoriamente a constituição de advogado.
- c) O recurso hierárquico apenas pode ser elaborado e apresentado por Osvaldo Barata, por ser o Contabilista Certificado responsável pela regularidade técnica da sociedade, ou por advogado constituído para o efeito.
- d) Rui Ramos pode colaborar na elaboração do recurso hierárquico, podendo este ser apresentado pela própria sociedade, através de quem tenha poderes para a representar.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	10 outubro 2026	Enunciado 1 VERSÃO C
--	--	--



QUESTÃO 2.:

A sociedade multidisciplinar *RUB*, Lda. foi constituída por Roberta Silva, Contabilista Certificada, Ulisses Santos, Revisor Oficial de Contas, e Bruna Gomes, Enfermeira, tendo por objeto social o exercício das respetivas atividades profissionais.

No contrato de sociedade ficou estipulado que a gerência seria exercida por Alberto Costa, economista, em conjunto, de forma rotativa, com um dos três sócios.

No âmbito da organização interna da sociedade, Roberta Silva foi designada Contabilista Certificada assegurando desta forma a regularidade técnica nas áreas contabilística e fiscal.

Atento ao exposto, assinale a opção correta:

- a) A gerência da sociedade *RUB*, Lda., deve ser exercida por Alberto Costa e, simultaneamente, por, pelo menos, dois dos seus sócios.
- b) A composição da gerência da sociedade *RUB*, Lda. deve assegurar a presença de, pelo menos um Contabilista Certificado, de modo a garantir o cumprimento dos deveres profissionais previstos no Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados.
- c) Roberta Silva não pode exercer funções de Contabilista Certificada em simultâneo com a qualidade de sócia e gerente da sociedade *RUB*, Lda., por tal acumulação ser incompatível com o princípio da independência profissional.
- d) Para que Alberto Costa possa exercer funções de gerente, o objeto social da sociedade *RUB*, Lda., tem, necessariamente, de incluir o exercício da atividade de economista, por se tratar de uma profissão organizada em associação pública profissional.

QUESTÃO 3.:

Foi ainda confrontada a sociedade *RUB*, Lda. com a necessidade de designar um diretor técnico conforme previsto em termos estatutários e regulamentares.

Roberta Silva, Contabilista Certificada e sócia da sociedade *RUB*, Lda., era trabalhadora dependente de uma sociedade de contabilidade, não integrando o respetivo órgão de gerência nem detendo qualquer participação no capital social.

Considerando a situação descrita e as regras estatutárias e regulamentares aplicáveis à designação e ao exercício das funções de Diretora Técnica, assinale a opção correta:

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	10 outubro 2026	Enunciado 1 VERSÃO C
--	------------------------	---------------------------------------



- a) Atendendo a que Roberta Silva exerce funções de trabalhadora dependente na sociedade de contabilidade, não poderá assumir a qualidade de Diretora Técnica na sociedade RUB, Lda., devendo para o efeito ser designado como Diretor Técnico da sociedade um outro Contabilista Certificado.
- b) A sociedade RUB, Lda., deverá designar como Diretor Técnico um Contabilista Certificado que nela exerça funções como trabalhador dependente.
- c) Roberta Silva deverá ser designada Diretora Técnica na sociedade RUB, Lda..
- d) Como a sociedade RUB, Lda., está obrigada a ter um gerente Contabilista Certificado, será esse que deve ser nomeado como Diretor Técnico.

QUESTÃO 4.:

O Contabilista Certificado Miguel Santos desempenha as suas funções de Contabilista Certificado numa sociedade de profissionais de contabilistas certificados.

Por reunir as condições para o efeito, foi designado Diretor Técnico dessa mesma sociedade.

Não obstante, no âmbito de um procedimento disciplinar que correu termos no conselho jurisdicional da Ordem dos Contabilistas Certificados, foi aplicada uma sanção de multa no valor de 1.500 EUR a Miguel Santos.

Atento ao exposto, assinale a opção correta:

- a) A gerência da sociedade de profissionais de contabilistas certificados deve solicitar ao conselho de supervisão parecer para esclarecimento do impacto da sanção de multa no desempenho das funções de Diretor Técnico.
- b) A aplicação da sanção de multa só coloca em causa o desempenho da qualidade de Diretor Técnico por parte de Miguel Santos, se for superior a 5 vezes o IAS em vigor à data da prática da infração.
- c) A aplicação da sanção de multa não coloca em causa o desempenho da qualidade de Diretor Técnico por parte de Miguel Santos, e as responsabilidades inerentes ao mesmo.
- d) A aplicação da sanção disciplinar de multa é impeditiva do desempenho das funções de Diretor Técnico por parte de Miguel Santos, devendo a gerência da sociedade de profissionais de contabilistas certificados providenciar a nomeação de um novo Diretor Técnico no prazo de 15 dias após aplicação da sanção.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	10 outubro 2026	Enunciado 1 VERSÃO C
--	--	--



QUESTÃO 5.:

Regularmente notificado da sanção de multa, Miguel Santos, discordando dos respetivos fundamentos, pretende reagir à deliberação do conselho jurisdicional, mas tem dúvidas quanto aos meios legalmente admissíveis

Considerando a sanção aplicada e os meios de reação previstos, assinale a opção correta:

- a) Miguel Santos pode impugnar contenciosamente a deliberação perante os tribunais administrativos, nos termos da lei, podendo ainda, desde que verificados os respetivos pressupostos, requerer a revisão da deliberação.
- b) Miguel Santos apenas pode reagir através da impugnação contenciosa nos termos da lei, para os tribunais administrativos, uma vez que a aplicação da sanção de multa exclui não só a possibilidade de interpor recurso ao plenário do conselho jurisdicional como de requerer a revisão.
- c) Miguel Santos pode impugnar contenciosamente a deliberação perante os tribunais administrativos, nos termos da lei, podendo ainda apresentar pedido de revisão ao conselho diretivo, uma vez que este órgão é responsável pela execução das sanções disciplinares.
- d) Miguel Santos só pode interpor recurso para o plenário do conselho jurisdicional.

QUESTÃO 6.:

A Contabilista Certificada Rosa Martins foi contactada pela gerência da sociedade *Terraplanagem*, Lda. para assumir a responsabilidade pela regularidade técnica nas áreas contabilística e fiscal.

No decurso das negociações, a gerência da sociedade informou Rosa Martins de que assumiria diretamente todas as diligências necessárias à transição da contabilidade, designadamente a obtenção, junto da sociedade de contabilidade, de toda a documentação contabilística e fiscal necessária à continuidade dos trabalhos.

Para demonstrar a inexistência de valores pendentes, a gerência da sociedade *Terraplanagem*, Lda. entregou ainda a Rosa Martins uma declaração, por si subscrita, na qual afirmava expressamente não existirem quaisquer honorários em dívida à sociedade de contabilidade cessante.

Perante estas informações, Rosa Martins celebrou um contrato de prestação de serviços com a sociedade *Terraplanagem*, Lda. assumindo a responsabilidade pela regularidade técnica nos

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	10 outubro 2026	Enunciado 1 VERSÃO C
--	------------------------	---------------------------------------



termos estatutários e efetuando a correspondente comunicação à Ordem dos Contabilistas Certificados para efeitos de seguro de responsabilidade civil.

No entanto, Rosa Martins informou, por escrito, a gerência da sociedade *Terraplanagem*, Lda. de que iria posteriormente contactar, por escrito, o colega antecessor, para confirmação da inexistência de honorários em dívida.

Atento ao exposto, assinale a opção correta:

- a) Rosa Martins poderia assumir imediatamente as funções, uma vez que a gerência se responsabilizou pelo processo de transição e apresentou declaração escrita de inexistência de honorários em dívida, cabendo-lhe apenas contactar posteriormente o colega.
- b) A comunicação da assunção de responsabilidade à Ordem dos Contabilistas Certificados para efeitos do seguro de responsabilidade civil permite o início das funções, ficando apenas o envio de declarações fiscais dependente do posterior cumprimento do dever de lealdade.
- c) Rosa Martins cumpriu o dever de lealdade, uma vez que informou previamente por escrito a gerência de que iria contactar o colega cessante, sendo suficiente esse compromisso desde que o contacto ocorra antes do envio da primeira declaração fiscal.
- d) Rosa Martins deveria, previamente à celebração do contrato de prestação de serviços, contactar o colega antecessor.

QUESTÃO 7.:

Rosa Martins assumiu, pela primeira vez, em 1 de abril de 2025, a responsabilidade pela regularidade técnica nas áreas contabilísticas e fiscais de um cliente.

Antecipando que, após a assunção dessas funções e no primeiro ano de exercício de atividade teria menor disponibilidade para frequentar ações de formação, Rosa Martins realizou, durante o primeiro trimestre de 2025, diversas ações de formação, às quais foram atribuídos 20 créditos de formação profissional.

Entre 1 de abril e 31 de dezembro de 2025, Rosa Martins completou mais 10 créditos de formação profissional, incluindo a formação profissional contínua cuja frequência havia sido deliberada obrigatória pelo conselho diretivo. Assim, no conjunto do ano de 2025, Rosa Martins obteve um total de 30 créditos de formação contínua.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	10 outubro 2026	Enunciado 1 VERSÃO C
--	------------------------	---------------------------------------



Atento ao exposto, assinale a opção correta:

- a) No primeiro ano de sujeição ao regulamento da formação profissional contínua, não existe a obrigatoriedade de frequentar a formação obrigatória deliberada pelo conselho diretivo.
- b) Rosa Martins poderia frequentar formações até ao primeiro trimestre de 2026 para cumprimento dos créditos proporcionais.
- c) Rosa Martins cumpriu o regulamento da formação profissional contínua.
- d) Rosa Martins não cumpriu com o regulamento da formação profissional contínua, porque não cumpriu os proporcionais, após assumir a responsabilidade pela regularidade técnica, de créditos de formação.

QUESTÃO 8.:

O Contabilista Certificado Duarte Barroso é responsável pela regularidade técnica nas áreas contabilísticas e fiscais de uma sociedade que exerce a atividade de construção civil e se encontra enquadrada no regime mensal de IVA.

No entanto, na preparação da declaração periódica de IVA, atento às mais recentes alterações ao IVA da construção, Duarte Barroso socorreu-se a um colega que se especializou na matéria em causa para esclarecimento de dúvidas, de forma a proceder ao correto preenchimento da declaração.

Atento ao exposto, assinale a opção correta:

- a) Em cumprimento da independência profissional, Duarte Barroso pode considerar e auscultar outras opiniões técnicas.
- b) Duarte Barroso deve cessar funções, porque só pode prestar serviços para os quais possui capacidade profissional bastante.
- c) A atuação de Duarte Barroso, consubstancia violação do sigilo profissional, independentemente de não ter identificado o cliente em causa.
- d) Duarte Barroso só podia solicitar esclarecimento de dúvidas técnicas, ao consultório técnico da Ordem dos Contabilistas Certificados.

**QUESTÃO 9.:**

Em 18 de março de 2026, faleceu um primo de Duarte Barroso, com quem mantinha uma relação familiar de grande proximidade.

O falecimento ocorreu durante uma viagem de férias do seu primo ao Vietname, circunstância que levou Duarte Barroso a deslocar-se de imediato àquele país para prestar apoio familiar e tratar das diligências necessárias à trasladação.

Um dos clientes de Duarte Barroso encontrava-se enquadrado no regime mensal de IVA, sendo a data-limite para a entrega da declaração periódica relativa ao mês de janeiro de 2026 o dia 20 de março de 2026.

Atento ao exposto, até quando poderia ser entregue a declaração periódica de IVA?

- a) 24/03/2026.
- b) 30/03/2026.
- c) 20/03/2026, pelo Contabilista Certificado suplente, se solicitado por Duarte Barroso.
- d) 20/03/2026, obrigatoriamente submetida por Duarte Barroso, sem possibilidade de solicitar a intervenção do Contabilista Certificado suplente, nem beneficiando do alargamento do justo impedimento.

QUESTÃO 10.:

Duarte Barroso procedeu à divulgação dos seus serviços profissionais através de um *outdoor* na praça principal da sua localidade.

No *outdoor* constava a seguinte informação:

Duarte Barroso:

Contabilista Certificado desde 2005.

Licenciado em Contabilidade e Gestão.

Mestrado em Economia.

Formador de plataformas de desenvolvimento de Inteligência Artificial.

Atento ao exposto, assinale a opção correta:

- a) A referência à qualidade de *Formador de plataformas de desenvolvimento de Inteligência Artificial*, confere à publicidade natureza propagandística ou de autoengrandecimento, pelo que não é admissível.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	10 outubro 2026	Enunciado 1 VERSÃO C
--	------------------------	---------------------------------------



- b) A utilização de *outdoor* constitui um meio admissível para a divulgação dos serviços de Contabilista Certificado, não resultando dos elementos apresentados, por si só, uma atuação contrária às regras aplicáveis.
- c) A utilização de *outdoor* não constitui um meio permitido para divulgação dos serviços de Contabilista Certificado, configurando, por si só, uma prática de concorrência desleal.
- d) A divulgação nos termos expostos através de *outdoor* constitui violação do princípio da lealdade entre Contabilistas Certificados e determina responsabilidade disciplinar.

QUESTÃO 11.:

Foi apresentada uma lista candidata ao Conselho Jurisdicional da Ordem dos Contabilistas Certificados, com a seguinte composição:

- Carlos Ferreira, presidente, Contabilista Certificado com 12 anos de inscrição e exercício efetivo da profissão.
- David Pio e Diogo Reis, vogais, inscritos na Ordem dos Contabilistas Certificados, respetivamente, com 7 e 5 anos de inscrição e exercício efetivo da profissão.
- Elisa Marques e Fábio Rodrigues, duas personalidades de reconhecido mérito, com experiência relevante para a respetiva atividade.
- Dois suplentes: Gabriela França, Contabilista Certificada com 6 anos de inscrição e exercício efetivo da profissão e Hélio Barata, personalidade de reconhecido mérito, com experiência relevante para a respetiva atividade.

Atento ao exposto, assinale a opção correta:

- a) A composição apresentada não respeita as regras estabelecidas no Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados para o Conselho Jurisdicional.
- b) A composição apresentada respeita as regras estabelecidas no Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados para o Conselho Jurisdicional.
- c) Gabriela França não pode integrar a lista de suplentes, por possuir mais anos de inscrição e de exercício efetivo da profissão do que um dos vogais efetivos.
- d) O membro suplente que seja Contabilista Certificado deve possuir, obrigatoriamente, pelo menos 10 anos de inscrição e exercício efetivo da profissão.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	10 outubro 2026	Enunciado 1 VERSÃO C
--	--	--



QUESTÃO 12.:

O Contabilista Certificado Márcio Louro foi citado pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

A citação dizia respeito a uma execução fiscal, por reversão, de dívidas tributárias relativas ao período em que assumiu a responsabilidade pela regularidade técnica nas áreas contabilísticas e fiscais de uma sociedade, decorrente da entrega extemporânea de declarações fiscais.

De forma a proteger o interesse público, existindo o legítimo receio de extravio dos bens da sociedade em causa, foi instaurado processo de reversão.

Ficou ainda assente no referido auto, que todo o processo executivo decorre de uma conduta dolosa do Contabilista Certificado no exercício da sua profissão.

Assim:

- a) O processo de reversão fiscal depende da demonstração da fundada insuficiência do património do devedor principal e dos devedores solidários.
- b) O processo de reversão fiscal, recaindo o ónus da prova na Autoridade Tributária e Aduaneira, pode resultar de uma atuação negligente ou dolosa dos deveres de assunção de responsabilidade pela regularização técnica nas áreas contabilísticas e fiscais.
- c) Porque o interesse público se sobrepõe e para efetiva eficácia da execução, pode ser acionada a responsabilidade solidária do contabilista certificado.
- d) Como existe o legítimo receio de extravio dos bens da sociedade, pode ser acionada a responsabilidade subsidiária do contabilista certificado.

QUESTÃO 13.:

Soraia Cordeiro e Custódio Fidalgo, ambos Contabilistas Certificados, adotaram um filho em 5 de novembro de 2026, ficando, por essa circunstância, 30 dias sem exercer a profissão para o devido acompanhamento ao filho.

Sabendo que a declaração periódica de IVA do terceiro trimestre de 2026 tem como data-limite de entrega o dia 20/11/2026, assinale a opção correta:

- a) Ambos os Contabilistas Certificados podem beneficiar do justo impedimento, desde que apresentem os respetivos documentos comprovativos junto da Autoridade Tributária e Aduaneira até 20/12/2026.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	10 outubro 2026	Enunciado 1 VERSÃO C
--	------------------------	---------------------------------------



- b) Ambos os Contabilistas Certificados podem beneficiar do justo impedimento, e proceder à entrega da declaração até 19/01/2027.
- c) Apenas um dos Contabilistas Certificados pode beneficiar do regime do justo impedimento.
- d) A declaração deve ser entregue até 20/11/2026, uma vez que a situação descrita não é enquadrável no regime do justo impedimento.

QUESTÃO 14.:

Foi apresentada uma participação disciplinar junto do conselho jurisdicional da Ordem dos Contabilistas Certificados pela gerência de uma sociedade.

Na participação não se encontrava identificado o Contabilista Certificado presumivelmente infrator, não tendo sido possível apurar a sua identidade através dos elementos de prova apresentados, os quais consistiam, essencialmente, em notificações de aplicação de coima emitidas pela Autoridade Tributária e Aduaneira por falta de entrega ou entrega extemporânea de declarações fiscais.

Uma vez que não é possível identificar o presumível infrator, como deve proceder o Conselho Jurisdicional?

- a) Deliberar o arquivamento da participação, uma vez que a ausência de identificação do presumível infrator impede a realização de quaisquer diligências destinadas ao apuramento dos factos.
- b) Recusar liminarmente a participação apresentada por falta de legitimidade da participante para desencadear procedimento disciplinar.
- c) Deliberar a abertura de um processo de inquérito, para promover a realização de diligências necessárias à identificação do presumível infrator.
- d) Deliberar a instauração de um processo disciplinar, uma vez que existem sérios indícios da prática de infração disciplinar, ainda que não esteja identificado o respetivo autor.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	10 outubro 2026	Enunciado 1 VERSÃO C
--	--	---



QUESTÃO 15.:

O Contabilista Certificado Jerónimo Martins exercia funções na sociedade *Cunha e Machado*, Lda., ao abrigo de um contrato de prestação de serviços celebrado em 2020.

Por mútuo acordo, as partes fizeram cessar o contrato com efeitos a 31/10/2026, não existindo qualquer dívida a título de honorários ou incumprimento na entrega da documentação ou informação por parte da gerência da sociedade cliente.

Em 20/12/2026, a sociedade *Cunha e Machado*, Lda. irá celebrar um novo contrato de prestação de serviços com o Contabilista Certificado Abílio Reis, que assumirá funções a partir de 01/01/2027.

Atento o exposto, assinale a resposta correta:

- a) Jerónimo Martins não estava obrigada ao envio da declaração periódica de IVA do terceiro trimestre de 2026, porque o contrato de prestação de serviços cessou antes do termo do respetivo prazo de entrega.
- b) Compete a Abílio Reis proceder à entrega da declaração periódica de IVA relativa ao terceiro trimestre de 2026, bem como assegurar o encerramento do exercício fiscal do ano de 2026.
- c) O contrato de prestação de serviços celebrado com Jerónimo Martins não podia ser rescindido por mútuo acordo uma vez que faltavam menos de três meses para o termo do exercício económico.
- d) Jerónimo Martins estava obrigado a proceder à entrega da declaração periódica de IVA do terceiro trimestre de 2026, dentro do respetivo prazo legal.

QUESTÃO 16.:

A sociedade ABC, Lda. é parte num processo judicial em que lhe é exigido o pagamento de uma indemnização de montante materialmente relevante. Em dezembro de 2025, a sociedade foi condenada em primeira instância, tendo interposto recurso da decisão.

Em fevereiro de 2026, durante os trabalhos de encerramento das contas do exercício de 2025, a Contabilista Certificada Olga Matias, responsável pela regularidade técnica nas áreas contabilística e fiscal, solicitou à gerência informação atualizada sobre o processo. Os advogados da sociedade comunicaram, por escrito, que, apesar do recurso interposto, consideravam existir uma forte probabilidade de a decisão desfavorável vir a ser confirmada, tendo ainda apresentado uma estimativa do montante que a sociedade poderia vir a ter de suportar.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	10 outubro 2026	Enunciado 1 VERSÃO C
--	--	--



A gerência solicitou, contudo, a Olga Matias que não reconhecesse qualquer provisão nas demonstrações financeiras de 2025, argumentando que a decisão judicial ainda não tinha transitado em julgado e que o reconhecimento do respetivo gasto prejudicaria os resultados da sociedade e as negociações em curso com uma instituição financeira.

Na declaração de responsabilidade relativa ao encerramento do exercício, a gerência confirmou que disponibilizou à Contabilista Certificada toda a informação e documentação relevante, assumindo expressamente a decisão de recorrer da sentença.

Face ao exposto, como deve Olga Matias proceder?

- Não reconhecer a provisão, mas divulgar o processo judicial no anexo às demonstrações financeiras como passivo contingente, uma vez que a interposição de recurso transforma necessariamente a obrigação numa obrigação possível até ao trânsito em julgado da decisão.
- Aceitar a decisão da gerência de não reconhecer a provisão, desde que esta conste expressamente da declaração de responsabilidade relativa ao encerramento do exercício, ficando, desse modo, salvaguardada a responsabilidade profissional da Contabilista Certificada.
- Não reconhecer qualquer provisão, uma vez que a existência de recurso impede que a obrigação seja considerada suficientemente certa enquanto não existir uma decisão judicial transitada em julgado.
- Avaliar o reconhecimento da provisão de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis e, encontrando-se preenchidos os respetivos requisitos, nomeadamente perante a forte probabilidade de uma saída de recursos e a possibilidade de estimar fiavelmente a obrigação, proceder ao seu reconhecimento, não devendo aceitar instruções da gerência contrárias ao adequado tratamento contabilístico, em cumprimento do princípio da independência.

QUESTÃO 17.:

Foi constituída uma sociedade multidisciplinar, da qual são sócios e gerentes o Contabilista Certificado Paulo Matos, Pedro Silva, Médico, e Dora Viana, Enfermeira.

São ainda sócios Fábio Sabino, Canalizador e Sara Marques, também ela Contabilista Certificada.

Foi definido no pacto social que o objeto social da mesma previa, entre outras, o exercício das atividades de medicina e enfermagem.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	10 outubro 2026	Enunciado 1 VERSÃO C
--	--	--



Atento o exposto:

- a) Fábio Santos não pode ser sócios de uma sociedade multidisciplinar.
- b) A sociedade multidisciplinar necessita de estar abrangida pelo seguro de responsabilidade civil profissional, previsto na Portaria n.º 132/2024/1, de 2 de abril.
- c) Paulo Matos não pode assumir a responsabilidade pela regularidade técnica nas áreas contabilísticas e fiscais da sociedade.
- d) Sara Marques ou Paulo Matos, devem ser nomeados Diretor Técnico da sociedade multidisciplinar.

QUESTÃO 18.:

Pela prática de um crime de fraude fiscal qualificada, o Contabilista Certificado João António foi condenado na pena de 5 anos de prisão e, ainda, à pena acessória de proibição do exercício da profissão de Contabilista Certificado pelo período de 2 anos e 6 meses.

Nesse seguimento, o Tribunal comunicou a referida sentença transitada em julgado à Ordem dos Contabilistas Certificados.

Como deve a Ordem proceder:

- a) João António, após o cumprimento da pena acessória de suspensão, retoma a plenitude dos seus direitos e deveres.
- b) Como a conduta de João António já foi apreciada em Tribunal e condenado em pena acessória de inibição do exercício da profissão de contabilista certificado, a mesma conduta não pode ser apreciada pelo conselho jurisdicional.
- c) O conselho jurisdicional deve suspender de imediato a inscrição na Ordem dos Contabilistas Certificados de João António.
- d) Em virtude da autonomia da responsabilidade disciplinar relativamente à responsabilidade criminal, a inscrição de João António só poderá ser suspensa mediante a aplicação da sanção de suspensão pelo conselho jurisdicional.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	10 outubro 2026	Enunciado 1 VERSÃO C
--	------------------------	---------------------------------------



QUESTÃO 19.:

A Contabilista Certificada Joana Sousa assumiu, em 2020, a responsabilidade pela regularidade técnica, nas áreas contabilística e fiscal, de uma sociedade comercial, ao abrigo de um contrato de prestação de serviços.

No decurso de 2026, surgiu um litígio entre Joana Sousa e a sociedade cliente relacionado com a prestação dos serviços contratados. Na sequência desse litígio, a gerência comunicou-lhe que não procederá ao pagamento dos honorários relativos ao primeiro semestre de 2026 enquanto a situação não estivesse definitivamente esclarecida, apesar de Joana Sousa ter continuado, durante esse período, a exercer normalmente as suas funções e a assegurar o cumprimento das obrigações contabilísticas e fiscais da sociedade.

Posteriormente, a sociedade solicitou a Joana Sousa a entrega do ficheiro SAF-T (PT) da contabilidade relativo ao primeiro semestre de 2026, mantendo-se, nessa data, vencidos e não pagos os honorários correspondentes ao mesmo período.

Atento o exposto, assinale a opção correta:

- a) Joana Sousa apenas pode exercer o direito de retenção se previamente fizer cessar o contrato de prestação de serviços e deixar de assumir a responsabilidade pela regularidade técnica da sociedade.
- b) Joana Sousa pode reter toda a documentação contabilística e fiscal do cliente, incluindo os documentos originais que lhe tenham sido entregues pela gerência, enquanto subsistirem quaisquer honorários em dívida.
- c) Joana Sousa pode reter o ficheiro SAF-T (PT) da contabilidade relativo ao primeiro semestre de 2026 até ao integral pagamento dos honorários vencidos e não pagos, por se tratar de documentação resultante da sua atividade profissional.
- d) Joana Sousa não pode, em circunstância alguma, reter o ficheiro SAF-T (PT), uma vez que toda a documentação contabilística produzida no âmbito da prestação de serviços é propriedade exclusiva do cliente.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	10 outubro 2026	Enunciado 1 VERSÃO C
--	--	--



QUESTÃO 20.:

A Contabilista Certificada Ilda Rosa é responsável pela regularidade técnica, nas áreas contabilística e fiscal, de uma sociedade comercial, no âmbito de um contrato de prestação de serviços.

Durante a preparação da declaração periódica de IVA relativa ao mês de setembro de 2026, Ilda Rosa identificou diversas operações cujo correto enquadramento fiscal dependia de informações e esclarecimentos adicionais por parte da gerência. Apesar de ter solicitado, por escrito e em tempo útil, os elementos necessários e de ter alertado para a proximidade do termo do prazo legal de entrega da declaração, a gerência não respondeu às solicitações efetuadas.

A documentação disponível não permitia a Ilda Rosa determinar, com segurança, o tratamento fiscal das operações em causa e, conseqüentemente, proceder ao correto preenchimento da declaração periódica de IVA. Por esse motivo, a declaração não foi submetida dentro do respetivo prazo legal.

Atento o exposto, assinale a opção correta:

- a) Ilda Rosa deve submeter a declaração com base nos elementos disponíveis, ainda que não disponha da informação necessária ao correto enquadramento fiscal das operações, procedendo posteriormente à sua substituição caso a gerência venha a prestar os esclarecimentos solicitados.
- b) A circunstância de Ilda Rosa ter solicitado por escrito os elementos em falta é suficiente para afastar qualquer eventual responsabilidade pelas consequências da falta de entrega da declaração, não sendo necessária qualquer comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira.
- c) Ilda Rosa deve solicitar à Ordem dos Contabilistas Certificados autorização para não submeter a declaração, ficando dispensada de qualquer outra diligência perante a Autoridade Tributária e Aduaneira.
- d) Ilda Rosa deve comunicar à Autoridade Tributária e Aduaneira, nos termos do artigo 8.º, n.º 3, do RGIT e dentro do prazo legalmente previsto, as razões que impediram o cumprimento atempado da obrigação declarativa, desde que a falta de entrega não lhe seja imputável.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	10 outubro 2026	Enunciado 1 VERSÃO C
--	------------------------	---------------------------------------



QUESTÃO 21.:

Em 15 de janeiro de 2026, antes da autorização para emissão das demonstrações financeiras de 2025, um importante cliente do Contabilista Certificado João Silva entra em insolvência.

A informação disponível demonstra que as dificuldades financeiras do cliente já eram do conhecimento público em 31 de dezembro de 2025.

A Administração pede ao Contabilista Certificado responsável pela regularidade técnica que trate a insolvência exclusivamente como um acontecimento de 2026 para não reduzir o resultado do ano anterior.

Face ao exposto, como deve proceder o Contabilista Certificado?

- Deixar a decisão exclusivamente à Administração, uma vez que ocorreu depois da data do balanço.
- Em respeito pelo princípio da competência, considerar a informação disponível para determinar se o acontecimento fornece evidência de condições já existentes em 31 de dezembro e, nesse caso, ajustar as demonstrações financeiras de 2025 nessa conformidade.
- Aceitar a solicitação, uma vez que a insolvência foi declarada, juridicamente, em 2026 e só tem relevância contabilística nesse ano.
- Não efetuar qualquer ajustamento, limitando-se a divulgar o acontecimento no relatório de gestão de acordo com o princípio da independência.

QUESTÃO 22.:

Os Contabilistas Certificados Elsa Maia e Nuno Roque constituíram uma sociedade de profissionais para o exercício da profissão de Contabilista Certificado, juntamente com Hugo Maia, empresário. A gerência da sociedade é exercida pelos três sócios.

Hugo Maia, em conversa com um amigo, também ele empresário, do ramo automóvel, revelou-lhe operações, fornecedores e margens de lucros de clientes com a mesma atividade da sociedade de profissionais.

O comportamento de Hugo Maia:

- Poderá ser imputada responsabilidade disciplinar a Elsa Maia e Nuno Roque por eventual violação do princípio da confidencialidade.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	10 outubro 2026	Enunciado 1 VERSÃO C
--	------------------------	---------------------------------------



- b) Só se o amigo de Hugo Maia tiver proveito na informação fornecida, poderá eventual ser assacada, àquele, responsabilidade disciplinar.
- c) Como Hugo Maia não é Contabilista Certificado a sua conduta não é subsumível a responsabilidade disciplinar.
- d) A sociedade pode ser solidariamente responsável pela eventual infração disciplinar.

QUESTÃO 23.:

Foi ainda confrontada a sociedade de profissionais com o comportamento da sócia e gerente Elsa Maia, a qual tinha um atraso no pagamento de quotas à Ordem dos Contabilistas Certificados superior a 12 meses.

Atento ao exposto, assinale a opção correta:

- a) A sociedade pode continuar a desenvolver o exercício da atividade de Contabilista Certificado.
- b) Nuno Roque é solidariamente responsável pelo pagamento das quotas de Elsa Maia.
- c) Em consequência da conduta descrita, a sociedade deixa de reunir os requisitos necessários para o exercício da atividade de Contabilista Certificado.
- d) Para a sociedade poder continuar a exercer a profissão de Contabilista Certificado, Hugo Maia deve apresentar a sua renúncia de gerência e ceder a sua quota a Nuno Roque.

QUESTÃO 24.:

A Contabilista Certificada estagiária Lúcia Louro, inscrita na opção III de acesso à Ordem dos Contabilistas Certificados, como só lhe falta realizar um módulo com aproveitamento propôs ao Contabilista Certificado Francisco Machado a constituição de uma sociedade de profissionais de contabilistas certificados.

Para o efeito, Francisco Machado ficava detentor de 70% do capital social e Lúcia Louro com 30% do capital social e a gerência seria exercida por ambos.

Para poderem prestar serviços de contabilidade devem:

- a) Lúcia Louro não pode, por ser Contabilista Certificada estagiária, exercer funções de gerência numa sociedade de profissionais de contabilistas certificados.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	10 outubro 2026	Enunciado 1 VERSÃO C
--	------------------------	---------------------------------------



- b) Francisco Machado e Lúcia Louro devem subscrever um seguro de responsabilidade civil individual de capital mínimo de 50.000 EUR.
- c) Nomear um colaborador como diretor técnico.
- d) Nomear um Contabilista Certificado para a gerência da sociedade.

QUESTÃO 25.:

No final de 2025, determinados inventários apresentam um custo de aquisição de 75.000 EUR, mas existem evidências de obsolescência dos mesmos. A melhor estimativa disponível indica que o respetivo valor realizável líquido é 32.000 EUR.

A Administração argumenta que a redução de valor é temporária e pede que não seja efetuado qualquer ajustamento.

Qual das seguintes decisões melhor concilia o tratamento contabilístico e os deveres profissionais do Contabilista Certificado?

- a) Manter os inventários reconhecidos por 75.000 EUR, desde que a Administração, com base nas expectativas de recuperação dos preços de venda, declare fundamentadamente que a perda de valor é meramente temporária, devendo o Contabilista Certificado documentar essa informação em cumprimento do princípio da responsabilidade.
- b) Manter os inventários reconhecidos por 75.000 EUR porque a gestão dos inventários é da competência da Administração e não do Contabilista Certificado.
- c) Reconhecer a redução de 43.000 EUR, desde que a evidência disponível sustente que o valor realizável líquido é de 32.000 EUR, documentando adequadamente o julgamento efetuado, conforme decorre do princípio da responsabilidade.
- d) Em consideração ao princípio da competência, reduzir integralmente os 75.000 EUR, porque a evidência de obsolescência impede o reconhecimento destes bens como ativo.